

A estrutura e duração dos cursos superiores

O futuro do nosso ensino superior afigura-se bastante complexo; os erros cometidos agora vão ter repercussão sobre a vida do País até pelo menos ao ano 2010

António Brotas

A situação do ensino tem sido motivo de preocupação de governos e de descontentamento dos cidadãos. A opinião generalizada é a de que as coisas correm mal no sector. Os protestos e reclamações frequentes (e quase sempre justificados) aparecidos na imprensa não têm, porém, dum modo geral, sido acompanhados da reflexão e do esforço de procura necessários para esclarecer as razões da situação actual e evitar, no futuro, não só a repetição, mas, pior ainda o agravamento das dificuldades e erros actuais.

A definição de uma política global do ensino — que vários comentadores reclamam com razão — exige além da reflexão acima referida, um conhecimento bastante deta-

lhado sobre o que se passou no sector a educação nos últimos anos. Infelizmente, para além da insuficiente informação de momento há em Portugal, uma exagerada tendência para esquecer o passado recente.

No caso do ensino superior, que conheço mais de perto, durante a última década, o Ministério empenhou-se em prosseguir, em diferentes períodos, orientações diversas nalguns casos francamente opostas. Traços dessas diferentes orientações, e tensões provocadas pela coexistência de sistemas diferentes, subsistem no momento actual.

A decisão recente de introduzir novos esquemas de ensino, não nascidos nem facilmente integráveis no evoluir próprio do sistema educacional português, faz prever no-

vas tensões que, no futuro, só se resolverão possivelmente com o estírcio de sectores do nosso ensino, aqueles mesmo que se procura agora criar com fé na promessa de grandes apoios financeiros, ou outros que com eles dificilmente poderão coexistir.

O futuro do nosso ensino superior afigura-se, assim, bastante complexo e algo negro. Uma coisa é certa, os erros cometidos agora vão ter uma repercussão directa sobre a vida do país até pelo menos ao ano 2010.

Dada a importância do assunto, seria normal que os responsáveis procurassem, antes de provocar alterações de fundo, fomentar e tirar proveito de certos debates em que, pelo menos, poderiam ser ouvidos os argumentos em favor das soluções que hou-

vesse a intenção de por de parte.

Não foi esta a orientação seguida nos últimos dois anos. O Ministério adoptou o hábito de tomar decisões de fundo com base unicamente em estudos feitos em âmbito fechado, em que às vezes têm esportificado peritos estrangeiros totalmente desconhecidos das nossas realidades. Tal prática desmotivou os debates generalizados à escala nacional. As consultas às escolas e aos sindicatos passaram a ser olhadas como simples pró-forma que ninguém acredita serem verdadeiramente tidas em conta.

Os problemas da educação interessam, porém profundamente a população e a gravidade da situação a que se chegou deu origem, nos últimos tempos, a um renascer

do interesse pela sua discussão. É assim que interpreto o aparecimento de uma página sobre a educação num jornal de projecção nacional como o «Diário de Notícias». A própria Assembleia da República, órgão onde devem culminar os debates sobre os problemas nacionais, começa a ultrapassar uma apatia inicial e a dar mais importância e a procurar influir nos problemas educacionais.

Neste contexto, tendo-me sido dada oportunidade de escrever no «Diário de Notícias», penso que o mais útil é escrever um texto sobre a evolução do ensino superior na última década, que, embora esquemático, possa fornecer aos leitores interessados, eventualmente a alguns de-

(Continua na pág. seguinte)

diário 28/1 C-Portugal 4 43 01	DIARIO DE NOTICIAS Lisboa	16. JAN. 1979
	CARDEAL SARAIVA Ponte de Lima	
	CASTANHEIRENSE (O) Castanheira de Pera	
	CÁVADO	

Cursos superiores

(Continuado da pág. anter.)

puados, dados úteis para quem deseje participar, sem ser às cegas, na procura de soluções para os problemas do sector.

Focarei fundamentalmente dois aspectos, naturalmente ligados, o da estrutura e duração dos cursos, e o problema do acesso à Universidade.

A crítica da Universidade portuguesa dos anos 60 foi feita em inúmeros textos e podemos dizer que entrou no subconsciente das gerações que acompanharam de perto o problema.

Recordemos só, aqui, o anquilosamento dos cursos de licenciatura, desfasados décadas dos cursos similares europeus, com matérias anacrónicas ensinadas, nalgumas escolas, de um modo imutável, há duas e às vezes três décadas de anos; a investigação científica que se mantinha a um nível incipiente, sendo extremamente reduzido o número de doutoramentos feitos em Portugal; um sistema de exames rigoroso, mas sempre confinado a matérias bem confinadas, em que raramente se exigia algo mais do que a simples capacidade de reprodução conforme ou alguma habilidade na resolução dos pequenos problemas (quase sempre repetidos) com que os mestres punham os alunos à prova.

Era bem claro que a Universidade pouco ou nada contribuía para o progresso do País. Se ministrava alguns cursos profissionais, era, depois, no exercício da profissão, que os diplomados viam, nalguns casos, a descobrir às vezes com um choque os elementos que lhes revelavam haver um mundo em transformação.

Incapaz de se transformar, a Universidade não se preparava o afluxo de alunos, que rara igualmente para receber o aumento da escolarização era fácil adivinhar.

O ensino «acrítico» com base na memorização, começou no final dos anos 60 a ser vigorosamente denunciado na imprensa estudantil. Contra um sistema de exames caracterizado por resultados muito aleatórios, começaram os estudantes a propor sistemas de avaliação continua inspirados, por um lado, em informações vindas do exterior, em particular dos Estados Unidos, mas que outras vezes, nada mais revelavam do que uma visão ilical dos problemas.

Sob a pressão das reivindicações nascidas da massa sempre crescente de estudantes, a Universidade rígida e selectiva começou a ceder muito antes do 25 de Abril. Os docentes que pretendiam manter níveis de exigências viram-se rapidamente na situação de alvo das contestações estudantis. Muitos, para não terem problemas com os alunos, adoptaram o processo mais cómodo... de passá-los, com o que as contestações paravam. Deste modo, o movimento estudantil abalou muito fortemente o modelo antigo de Universidade, mas não deu um contributo positivo para a construção de um modelo novo.

Paralelamente ao ensino superior, havia o ensino médio, que, embora mau, nalguns aspectos, era mais realista. Os cursos de agente

técnico tinham uma estrutura de cursos de engenharia e eram internacionalmente reconhecidos como tal. O curso de contabilista dos Institutos Comerciais era o único curso especializado na matéria existente no País. O curso de regentes agrícolas, ao contrário do que seria para desejar, não tinha qualquer especialização. Cursos médicos podiam ainda ser considerados os cursos do magistério primário.

O acesso a estes cursos, sujeito nalguns casos a exames de admissão, era possível a partir do curso geral do secundário. Tal facto estava relacionado com a baixa escolaridade que se mantivera no País até aos anos 60. Com o aumento da escolarização, a própria demografia escolar

viria a impor, mais tarde, ou mais cedo, que o curso complementar do secundário passasse a ser a habilitação normal de acesso a estes cursos (salvo, talvez, no curso agrícola em que a estrutura era diferente).

O ser possível ingressar num curso de engenharia depois de só nove anos de escolaridade era um dos aspectos anacrónicos do nosso ensino. Era este, de resto, um dos motivos que dificultava a estabilização de um ensino profissional de técnicos especializados, que normalmente se deve iniciar após esses nove anos.

As escolas médias concorriam, normalmente, estudantes vindos de classes menos favorecidas. A diferença essencial em relação à Universidade estava no estatuto social «superior» ou «médio», atribuído aos diplomados dos dois tipos de escola, que se mantinha durante toda a vida independentemente dos méritos e capacidades profissionais reveladas. Tal estado de coisas era revelador de uma sociedade muito hierarquizada e conservadora. Mas mesmo já antes do 25 de Abril a situação tinha tendência para evoluir.

No início dos anos 70 o ensino superior sofreu (beneficiou) de algumas alterações de entre as quais devem ser sublinhadas pela sua importância, a equiparação dos doutoramentos feitos no estrangeiro, que permitiu a entrada na Universidade de vários investigadores, e a generalização dos cursos semestrais, que facilitou o ensino de novas matérias. Mas a velha Universidade, que já não correspondia às necessidades do País, necessitava de uma reforma de fundo. A aceitação de que esta reforma se impunha generalizou-se a partir de 1970. A reforma do ministro Veiga Simão, que se traduziu, essencialmente, pelo Decreto-Lei n.º 402-73, apareceu na sequência de uma grande expectativa que entretanto se criara. Esta reforma

caracterizou-se, essencialmente, por não reformar o ensino superior existente. Entre mexer na velha Universidade, cheia de problemas, e criar de raiz novas escolas, o ministro optou, totalmente, pela segunda via.

O Decreto-Lei 402-73 criou no papel, simultaneamente, 4 Universidades e Institutos Universitários, 6 Institutos Politécnicos, e 10 Escolas Normais Superiores. Antes do 25 de Abril foram nomeadas as comissões instaladoras das 4 instituições universitárias, de

um dos institutos politécnicos, e de algumas escolas normais.

A política seguida foi, assim, muito concordante com as teses de Miller Guerra, então muito divulgadas, segundo as quais as velhas escolas não se podiam reformar de dentro para fora. A crítica de Miller Guerra ao modelo centralizador-napoleónico da Universidade francesa (e a aceitação sem crítica do modelo descentralizado feudal inglês) transparecem, também, na feitura do Decreto-Lei 402-73. As escolas criadas por este decreto tinham, com efeito, estruturas totalmente diferentes das existentes.

Compreende-se que o ministro, receando o choque frontal com os defensores das estruturas antigas, ou intimidado pela dimensão da tarefa de as reformar, tenha optado pela estratégia diferente de não bulir nelas de momento, e de fazer nascer ao lado organismos novos, com estruturas diferentes que, no futuro, inevitavelmente, com elas se iriam confrontar. Assim, na data, do 25 de Abril, o ensino superior português tinha uma estrutura híbrida, e o choque entre as duas concepções estava previsto para não dizer programado.

No que diz respeito à estrutura dos cursos, nas novas escolas foi prevista a criação de cursos de bacharelato, organizados de modo a proporcionar as condições necessárias ao exercício de actividades profissionais. Estes novos cursos apareciam assim, a desempenhar um papel central no renascimento do nosso ensino superior. Mas por outro lado, nas antigas escolas, admitiu-se que o grau de bacharel fosse atribuído no final dos três primeiros anos das licenciaturas e, neste caso, a atribuição do novo grau nada alterava no ensino existente.

Nalguns textos então publicados, era desenvolvida a ideia ingénua de que no confronto entre as duas concepções venceria a melhor. Como é bem evidente, venceria a que tivesse os maiores apoios do Ministério. Na altura, esses apoios iam para as escolas novas, que apareceram como organismos muito dispendiosos, quase luxo, a suscitar a inveja das Universidades paupérrimas, onde os problemas se agravavam.

Mas não é certo que as novas escolas tivessem o futuro assegurado antes do 25 de Abril.

Na fase última do antigo regime, o problema político sobrepôs-se, na Universidade, ao problema escolar. No Técnico, onde a tensão atingiu o maior grau, foram interrompidas as aulas durante um semestre, houve dezenas de alunos expulsos, docentes foram afastados da função pública, uma máquina filmava os agrupamentos suspeitos, as entradas eram rigorosamente controladas com cartões especiais e no interior circulavam rondas da policia de choque.

O regime ensalava novos métodos, nada liberais, para controlar a Universidade, tendo a Presidência do Conselho tomado em mão, directamente, o comando das operações. Era de crer, portanto, que aparecesse em breve um novo ministro, o ninguém-pode-saber se ele estaria na disposição de apoiar a reforma do ministro anterior, ainda a fase incipiente.

Universidade - Opinião

64/1059/79